

 **O diferencial**  
c o n c u r s o s

**SUS**

**2022**

# **300 QUESTÕES COMENTADAS SOBRE O SUS**

**(LEI 8.080/90 – NOB-SUS -  
PNS - Art. 196 a 200 da CF)**

**APOSTILA DIGITAL**

**300**

Questões Fundamentadas da  
SUS  
(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

## **APOSTILA AMOSTRA**

**Para adquirir a apostila de 300 Questões Fundamentadas do  
SUS – (LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)**

**Acesse o site:**



### **SUMÁRIO**

<b>Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>Questões.....</b>	<b>4</b>
<b>Respostas.....</b>	<b>113</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>202</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

A Lei do SUS – Lei 8.080/90, juntamente com a NOB/SUS e o PNS vêm sendo exigidos nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

**Wilma G. Freitas**

## QUESTÕES

**1. O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, é possível dizer que:**

- I. No nível municipal, o Sistema Único de Saúde (SUS), poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
- II. É permitida a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde, salvo através de doações de organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas, de entidades de cooperação técnica e de financiamento e empréstimos.
- III. À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.
- IV. Os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária.

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas
- c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

- e) Todas as proposições estão corretas.

**2. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

A gratuidade das ações e serviços de saúde fica preservada nos serviços públicos contratados, incluindo-se as cláusulas relativas aos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas.

( ) FALSA.

( ) VERDADEIRA.

**3. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, sendo conhecida como Lei Orgânica do SUS (Sistema Único de Saúde). Em relação a essa Lei, considere as seguintes afirmativas:**

- 1) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- 2) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos, e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.
- 3) O dever do Estado exclui o das pessoas da família, das empresas e da sociedade.
- 4) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

**Estão contemplados no texto da Lei 8.080 os itens:**

- a) 1 e 2 apenas;
- b) 1, 2 e 3 apenas;
- c) 2, 3 e 4 apenas;
- d) 3 e 4 apenas;
- e) 1, 2 e 4 apenas.

**4. Complete a lacuna.**

Em regra, é ..... a participação direta ou indireta de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde.

- ( ) vedada
- ( ) permitida

**5. Nos termos do art. 35 da Lei nº 8.080/90, para o estabelecimento de valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:**

- I – perfil demográfico da região;
- II – perfil epidemiológico da população a ser coberta;
- III – características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área;
- IV – desempenho técnico, econômico e educacional no período anterior;
- V – níveis de participação do setor saúde nos orçamentos federais e estaduais;

VI – previsão do plano quinquenal de investimentos da rede;

VII – ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.

**Estão CORRETOS apenas os itens:**

- a) I, II, IV e V.
- b) I, II, III, VI e VII.
- c) II, III, IV, V e VI.
- d) III, V, VI e VII.
- e) II, IV, V, VI e VII.

**6. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

Com relação ao Decreto 7.508/2011, pode-se afirmar que Região de Saúde é um espaço geográfico contínuo ou descontínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

- ( ) FALSA.
- ( ) VERDADEIRA.

**7. Complete a lacuna.**

Cabe à ..... promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde, bem como acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema único de Saúde.

- ( ) Direção Nacional do Sistema Único de Saúde
- ( ) Direção Estadual do Sistema Único de Saúde
- ( ) Direção Municipal do Sistema Único de Saúde

**8. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

Toda pessoa tem o direito de decidir se seus familiares e acompanhantes deverão ser informados sobre seu estado de saúde, desde que não seja nada grave.

- ( ) FALSA.
- ( ) VERDADEIRA.

**9. De acordo com a Lei 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na ..... de políticas econômicas e sociais que visem à redução de ..... e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso ..... às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. As lacunas são corretamente preenchidas respectivamente por:**

- a) Execução subordinada / casos de doenças / amplo e irrestrito;
- b) Formulação associada / casos de epidemias / restrito e hierárquico;
- c) Formulação e execução / riscos de doenças / universal e igualitário;
- d) Subordinação / casos de morte / fácil e rápido;
- e) Observância / ocupação hospitalar / dinâmico e absoluto.



**10. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

Será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa através de convênios ou doações.

FALSA.

VERDADEIRA.

**11. Com relação aos deveres dos usuários da saúde nos termos da legislação vigente, deve-se considerar, EXCETO:**

- a) Transferir a responsabilidade aos familiares pela recusa a procedimentos, exames ou tratamentos recomendados, em todas as situações de acompanhamento da saúde do usuário, considerando sua fragilidade para tomar decisões.
- b) Ter em mãos os documentos e, quando solicitados, os resultados de exames que estejam em poder do usuário.
- c) Expressar se compreendeu as informações e orientações recebidas e, caso ainda tenha dúvidas, solicitar esclarecimento sobre elas.
- d) Seguir o plano de tratamento proposto pelo profissional ou pela equipe de saúde responsável pelo cuidado, que deve ser compreendido e aceito também pela pessoa que é responsável pelo seu tratamento.

**12. Considerando algumas ações e serviços do Sistema Único de Saúde, relacione as colunas a seguir:**

1.PAB

2.PSF

## 300

Questões Fundamentadas da  
SUS

(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

3.PPI

4.SUS

- ( ) Sistema Único de Saúde.
- ( ) Programa de Saúde da Família.
- ( ) Programação Pactuada Integrada.
- ( ) Piso Assistencial Básico.

**A sequência está correta em:**

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 4, 3, 2, 1.
- c) 4, 2, 1, 3.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 1, 4, 2, 3.

**RESPOSTAS**

# 300

Questões Fundamentadas da  
SUS

(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

**1.**

<b>Resposta: B</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 10, caput, § 2º da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 23, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 17, caput, XIV da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 36, caput, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>

**2.**

<b>Resposta: F</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS</b>

**3.**

<b>Resposta: E</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 2º, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 2º, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 2º, § 2º da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 3º, caput da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>

**4.**

<b>Resposta: vedada</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 23, caput da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS</b>

**5.**

<b>Resposta: B</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 35, caput, I da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, II da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, III da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, IV da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, V da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, VI da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>
<b>Art. 35, caput, VII da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>

**6.**

<b>Resposta: F</b>
--------------------

<b>Fundamento</b>
<b>Art. 2º, caput, I do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011</b>

**7.**

<b>Resposta: Direção Estadual do Sistema Único de Saúde</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 17, caput, I e II da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – SUS</b>

**8.**

<b>Resposta: F</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 3º, caput, parágrafo único, III da Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009 – Carta dos direitos dos usuários da saúde</b>

**9.**

<b>Resposta: C</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 2º, caput, § 1º da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>

**10.**

<b>Resposta: F</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 38 da Lei nº 8.080/1990 – SUS</b>

**11.**

<b>Resposta: A</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 6º, caput, parágrafo único, V da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.</b>
Art. 6º, caput, parágrafo único, VIII da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.
Art. 6º, caput, parágrafo único, II da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.
Art. 6º, caput, parágrafo único, III da Portaria nº 1.820/2009 – Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde.

**12.**

<b>Resposta: C</b>
<b>Comentário</b>

**Piso Assistencial Básico (PAB)**

O PAB consiste em um montante de recursos financeiros destinado ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal. Esse Piso é definido pela multiplicação de um valor *per capita* nacional pela população de cada município (fornecida pelo IBGE), e transferido regular e automaticamente ao fundo de saúde ou conta especial dos municípios e, transitoriamente, ao fundo estadual, conforme condições estipuladas nesta NOB.

**Pg. 20 da NOB-SUS****Incentivo aos Programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)**

Fica estabelecido um acréscimo percentual ao montante do PAB, de acordo com os critérios a seguir relacionados, sempre que estiverem atuando integradamente à rede municipal, equipes de saúde da família, agentes comunitários de saúde, ou estratégias similares de garantia da integralidade da assistência, avaliadas pelo órgão do MS (SAS/MS) com base em normas da direção nacional do SUS.

**Pg. 20 da NOB-SUS****Programação Pactuada e Integrada - PPI**

A PPI envolve as atividades de assistência ambulatorial e hospitalar, de vigilância sanitária e de epidemiologia e controle de doenças, constituindo um instrumento essencial de reorganização do modelo de atenção e da gestão do SUS, de alocação dos recursos e de explicitação do pacto estabelecido entre as três esferas de governo. Essa Programação traduz as responsabilidades de cada município com a garantia de acesso da população aos serviços de saúde, quer pela oferta existente no próprio município, quer pelo encaminhamento a outros municípios, sempre por intermédio de relações entre gestores municipais, mediadas pelo gestor estadual.

**Pg. 18 da NOB-SUS**

## BIBLIOGRAFIA

**BRASIL. Constituição (1988):** Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Planalto, 2021.

MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ed. Saraiva, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**: 35ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2019.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 18ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Editora Método, 2019.

MOTTA, Sylvio, **Direito Constitucional: Teoria, Jurisprudência e Questões**, 28ª ed. – São Paulo: Editora Método, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32ª Ed. Editora Forense, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo & PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 27ª Ed. rev. Atualizada. São Paulo: Método, 2019.

**Norma Operacional Básica do SUS – NOB/SUS-1996**

**PLANO NACIONAL DE SAÚDE REVISÃO E EXTENSÃO A 2020**

**Pactos pela saúde – volume 1 ao 9**

**LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

**LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991:**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991:**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

**LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993:** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

**LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003:** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

**PORTARIA Nº 399, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006:** Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

**LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015:** Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

**LEI Nº 13.427, DE 30 DE MARÇO DE 2017:** Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

**LEI Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020:** Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

**LEI Nº 14.141, DE 19 DE ABRIL DE 2021:** Altera o art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a remessa de patrimônio genético ao exterior em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública.

## COMO ADQUIRIR

# 300

Questões Fundamentadas da  
SUS  
(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

<b>30,00</b>	<b>300 QUESTÕES FUNDAMENTADAS DO SUS – (LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)</b>
--------------	--

Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:

A) PIX

CPF: **099.911.856.07**

Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**

Banco: **Caixa Econômica**

B) Depósito em conta

Favorecido: **Giovanni Gomes Esteves**

Banco: **Caixa Econômica**

Agência: **3234**(Governador Valadares-MG)

Operação: **013**

Conta: **00000870-5** (Poupança)

Envie para o nosso **WhatsApp: (33) 99128-3429**  o comprovante da transferência/depósito e o nome da apostila adquirida.

B) PAGSEGURO

Acesse o site [www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br) . Logo abaixo da apostila tem o botão do **PAGSEGURO**. É só clicar e seguir as instruções.

**OBSERVAÇÃO:** Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.



**300**

Questões Fundamentadas da  
SUS

(LEI 8.080/90 – NOB-SUS - PNS - Art. 196 a 200 da CF)

**Maiores esclarecimentos:**

**WhatsApp: (33) 99128-3429**



**E-mail: [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br)**

